

## **Criminalidade feminina e suas representações na imprensa: o caso das mulheres dos “Crimes do Agradinho” (Uberaba – MG, década de 1960)**

Criminalidad femenina y sus representaciones en la prensa: el caso de las mujeres de los “Crimes do Agradinho” (Uberaba – MG, década de 1960)

**Maíra Cristina Tomé Fonseca**

Graduada em História

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

mairatome@hotmail.com

**Recebido em:** 25/06/2020

**Aprovado em:** 27/07/2020

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar as representações criadas por jornais e revistas da década de 1960 – tanto locais quanto de circulação nacional – sobre quatro mulheres criminosas da cidade de Uberaba – MG, num caso que ficou popularmente conhecido como “Crimes do Agradinho”. Sabendo que, historicamente, as mulheres tiveram que ocupar um lugar de docilidade e passividade, não ultrapassando muito os limites do ambiente doméstico, veremos nesse trabalho quais são os impactos e os discursos produzidos por determinados setores da sociedade quando essas mesmas mulheres transgridem e quebram as expectativas em relação aos papéis sociais pré-estabelecidos e se mostram as agentes, as executoras de um crime. Para isso, estaremos amparados em discussões sobre História das Mulheres e das Relações de Gênero; História e Imprensa; e Crime e Imprensa.

**Palavras-chave:** Uberaba; Criminalidade feminina; Imprensa e crime.

**Resumen:** El presente artículo tiene como objetivo analizar las representaciones creadas por periódicos y revistas de la década de 1960 – tanto locales cuanto de circulación nacional – acerca de cuatro mujeres criminales de la ciudad de Uberaba – MG, en un caso que se ha vuelto popularmente conocido como “Crimes do Agradinho”. Sabiendo que, historicamente, las mujeres tuvieron que ocupar un lugar de docilidad y pasividad, no sobrepasando mucho los límites del ambiente doméstico, veremos en ese trabajo cuáles son los impactos y los discursos producidos por determinados sectores de la sociedad cuando estas mismas mujeres violan y rompen las expectativas en relación con los papeles sociales preestablecidos y se muestran las agentes, las ejecutoras de un crimen. Para eso, estaremos amparados en discusiones sobre Historia de las Mujeres y de las Relaciones de Gênero; Historia y Prensa; y Crimen y Prensa.

**Palabras clave:** Uberaba; Criminalidad femenina; Prensa y crimen.

## Introdução

No ano de 1964, o cenário nacional brasileiro estava diante do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e nos submeteu a uma ditadura durante 21 anos. Quase que simultaneamente, a cidade mineira de Uberaba se encontrava assustada e chocada com a descoberta de uma série de crimes cometidos na Rua Campos Sales, no bairro Abadia. Quatro mulheres, moradoras dessa rua, estavam envolvidas na trama e eram acusadas de terem matado pelo menos doze pessoas, desde o ano de 1957. A morte vinha pelo estômago: elas cozinhavam algo que agradasse o paladar de suas vítimas, ofereciam a comida – geralmente carne de porco, feijoada e doce de mamão – como um “agrado” e matavam a pessoa envenenada. Com o passar das investigações e com o desenrolar do caso, os crimes ganham popularmente o nome de “Crimes do Agradinho”.

O caso fica famoso na cidade e nacionalmente, chamando a atenção de rádios, jornais e revistas de todo o Brasil, os quais se constituem como nossas fontes para a escrita desse artigo. São eles: jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba; revista *O Cruzeiro*, órgão dos Diários Associados; revista *Realidade*, da editora Abril; jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro e jornal *Diário do Paraná*, também órgão dos Diários Associados. Noticia-se inclusive, que teria vindo a Uberaba um repórter da revista *Time*, de Nova York, interessado na história, mas não há confirmação da publicação. Os periódicos podem ser encontrados no site da Hemeroteca Digital Brasileira, com exceção do jornal *Lavoura e Comércio*, que se encontra no Arquivo Público de Uberaba, e da revista *O Cruzeiro*, que é acervo pessoal.

As personagens do caso foram Francisca Coelho do Nascimento, Maria Eduarda Peixoto da Costa, Maria Helena de Moura e Francisca Silva Ferreira, todas moradoras da Rua Campos Sales na época da descoberta dos crimes. A história tem início quando Maria Eduarda Peixoto, no dia 16 de abril de 1964, procura o guarda civil Ernesto Elias dos Santos, seu vizinho, para denunciar que Francisca Coelho do Nascimento seria a autora de pelo menos oito mortes ocorridas no bairro nos últimos anos. Segundo Maria Eduarda, ela precisava “tirar um peso das costas” e queria ser ouvida pelas autoridades. A polícia de Uberaba passou a investigar e, ao perceber a impressionante riqueza de detalhes com que Maria Eduarda contava os crimes, imaginou que só alguém envolvido poderia saber tanto. A delatora passa então a ser suspeita. Francisca Coelho a acusa de quatro das oito mortes denunciadas. Em contraponto, “Mariinha” diz que todas eram de responsabilidade da vizinha. Dentre as vítimas de Francisca Coelho,

estariam dois maridos e alguns desafetos. Já Maria Eduarda teria matado algumas pessoas que estariam impedindo a volta de seu marido Claudionor para casa. A série de reportagens feita pelo jornal *Lavoura e Comércio*, dizia sempre que a trama estava longe de acabar e que poderiam surgir mais nomes. E foi o que aconteceu. Maria Helena de Moura foi o terceiro nome a surgir na história como mais uma mulher a se utilizar do “agradinho”, dessa vez para matar seu amante, Milton Dias. Por último, temos o nome de Francisca Silva Ferreira, acusada de matar seu marido, Antônio Dias Ferreira (Doca), com quem era casada há mais de 29 anos.

As particularidades de cada uma dessas mulheres e suas vítimas serão conhecidas melhor ao decorrer desse trabalho, que tem por objetivo analisar as representações criadas em torno delas pelos veículos de comunicação que nos serviram de fonte, justamente por serem mulheres cometendo crimes – mais especificamente, o homicídio – pois esse era, como veremos, mais um dos lugares relegados às mulheres, um espaço predominantemente masculino e do qual não era esperado que elas fossem protagonistas. A mulher,

Quando comete crimes, não raras vezes, passa despercebida pelo imaginário social e pelo mundo jurídico, como agente capaz de arquitetar-los e praticá-los. Que mulher? Que crimes? Não é comum nas ruas, nos jornais ou no mundo acadêmico ouvir debates, notícias ou pesquisas sobre mulheres assassinas. Não é comum, também, no campo jurídico, ouvir relatos de mulheres assassinas. É mais comum ouvir relatos sobre mulheres assassinadas. (ALMEIDA, 2001, p. 13).

Por esse motivo, temos aqui a chance de dar visibilidade tanto para uma história não contada da cidade de Uberaba, quanto para os estudos sobre delitos femininos, os quais têm ganhado destaque como um campo significativo para a historiografia do crime. Sair de um papel social pré-estabelecido, já é por si só uma transgressão, uma ameaça à ordem. Por isso, as mulheres que matam trazem consigo inúmeras possibilidades de análises sobre como são vistas e representadas pela sociedade. Ao estudá-las, podemos também conhecer a vida cotidiana de um bairro, como é o nosso caso, a vida de pessoas ordinárias que, de repente, se deparam com um acontecimento que modifica todo o ritmo do lugar.

### **Mulheres criminosas na historiografia**

Há algum tempo pensa-se qual foi e qual é o lugar das mulheres na História e na historiografia, e não restam mais dúvidas da importância desse campo na compreensão dos processos históricos. A chamada História das Mulheres atualmente é um campo de grande relevância dentro da historiografia. Mas nem sempre foi assim. Desde sempre fomos levados a

conhecer uma História majoritariamente masculina, branca e ocidental. As mulheres tiveram suas memórias apagadas e intencionalmente silenciadas. E essa intencionalidade passa não apenas pelo recorte de gênero, mas também pelas questões de raça e de classe. Se as mulheres brancas tiveram seu lugar e sua voz negados na História, as mulheres negras e pobres foram ainda mais marginalizadas.

A possibilidade de se estudar e fazer uma História das Mulheres emergiu com o movimento da Escola dos Annales, representado por Marc Bloch e Lucien Febvre, iniciado na década de 1920, no qual as tradições historiográficas se modificaram de forma significativa, passando a ser possível estudar a história de pessoas comuns e do cotidiano, e não apenas os grandes feitos, marcos e personagens históricos. A chamada Nova História ampliou o leque de estudos do historiador e abriu espaço para a entrada de novas fontes documentais. Além disso, possibilitou o surgimento de novos campos de estudo como a História das Mentalidades e a História Cultural, e passou a se utilizar da interdisciplinaridade<sup>1</sup> como ferramenta de auxílio para análise, o que contribuiu e muito para o avanço da História das Mulheres na historiografia. No caso específico do Brasil,

A influência da Nova História em curso na Europa colocara também entre nós o desafio de pensar a sexualidade, a criminalidade, os desvios. As obras de Michel Foucault, então traduzidas e publicadas, incentivaram, por sua vez, o que no jargão acadêmico convencionou-se chamar de “historiografia da transgressão”. Vários historiadores, debruçados sobre as fontes egressas das instituições de poder – a Igreja ou o Estado – varriam os escaninhos da vida social no Brasil colonial e imperial, e também republicano, em busca de práticas que se desviavam da norma no campo dos amores e do imaginário. Surgiram, assim, em artigos, teses ou livros, as histórias das concubinas, das prostitutas, das escravas rebeldes, das freiras, das lésbicas, das defloradas, das “mal faladas”, das pecadoras, das “doidas”, das pobres, das escritoras feministas. Devassavam-se processos de toda a ordem, lugar mesmo da transgressão. Interrogavam-se mulheres do Norte ou do Sul do país. (PRIORE, 2010, p. 226).

Dessa forma, os documentos oficiais deixam de ser a única fonte confiável para o estudo do homem e da sociedade, e é aí que as mulheres conseguem ser ouvidas. Como sempre foram invisibilizadas e apagadas dos meios oficiais, pode-se agora estudá-las através de fontes alternativas: história oral, cartas, diários, arquivos policiais e judiciários, arquivos familiares, jornais, revistas e vários outros. E, nesse sentido, a riqueza de detalhes que são encontrados no

---

<sup>1</sup> A partir daqui, a História passa a contar com a contribuição de novas disciplinas em seus estudos, como a Literatura, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, dentre outras.

que antes estava à margem, traz não só as mulheres para o centro, mas também os negros, os escravos, os indígenas, os homossexuais e tantos outros esquecidos pela história.

A partir daí, temos a possibilidade de estudar as mulheres no universo da violência e de pensá-las não apenas como vítimas das diversas formas de opressão a que, de fato são submetidas ao longo da História, mas também sob um outro olhar, descortinado no momento em que elas ultrapassam os limites das expectativas em relação aos papéis sociais e se revelam as agentes dos crimes, as criminosas. Sabendo da condição feminina que foi historicamente imposta, vemos que um crime cometido por uma mulher é capaz de causar grande estranheza, pois não se é esperado que ela seja capaz de cometer qualquer tipo de delito, ou pior, de matar alguém, sendo próximo ou não a ela. Além disso, há o fato de que convencionou-se considerar o homicídio um “crime masculino”. Essa forma de negação das mulheres dentro do mundo do crime, como se esse fosse mais um dos lugares onde elas não poderiam estar e agir de fato, se mostra igualmente uma forma de retirá-las de um papel central, como autoras de determinado acontecimento histórico – ainda que seja de um crime.

O perfil da mulher, no Brasil, como emocionalmente mais frágil e passiva, cuja sexualidade é negada em nome da reprodução, diluiu no imaginário social a imagem da mulher vítima, incapaz de transgredir e violentar. Quando realizam ações desse tipo, são consideradas em segundo plano, como exceções. Essa história advém do período colonial em que se instituiu o sistema patriarcal e do período de transição para uma sociedade burguesa, aquele que instituiu a família burguesa nos moldes europeus, quando a figura da mulher foi institucionalizada como esposa e mãe, e nada mais. Percebe-se, nos casos em estudo, um claro condicionamento emocional, e, não se pode negar, a mulher criminosa também é fabricada por essa sociedade. Entretanto, e já sabemos, nem sempre foi assim a história das mulheres e, hoje, além da emoção e da paixão, muitas mulheres carregam em si a necessária frieza para cometer determinados crimes. (ALMEIDA, 2001, p. 104).

Portanto, estudar as mulheres criminosas dentro da historiografia passou a ser um campo de grande interesse para as(os) historiadoras(es), configurando um campo de História dos crimes e dos(as) criminosos(as). Dominique Kalifa (2012, p. 187) nos diz que “o crime é um acontecimento histórico popular; ele é esse fato que ocorre de repente na vida das pessoas ordinárias, suscitando nelas o inesperado, o extraordinário, o acontecimento – o histórico, portanto”. Assim, através dessas histórias, podemos conhecer personagens que, de outra forma, talvez jamais teriam visibilidade.

Para pensarmos então, a realidade das mulheres no mundo dos desvios, precisamos ter em mente, antes de qualquer outra coisa, o abismo social que existiu e ainda existe entre as

mulheres pobres e não brancas, de camadas mais baixas; e as mulheres das camadas mais elevadas, brancas e que se adequavam aos padrões da sociedade burguesa que foram estabelecidos no Brasil após a instauração da República, como nos mostra Rachel Soihet (2018). Criou-se uma ideia, que se perpetua até os dias de hoje, de que as mulheres pobres e não brancas cometeriam mais crimes do que as mulheres burguesas, mas isso se esvai a partir do momento em que consideramos que à essas últimas estavam dispostos muito mais recursos tanto para encobrir alguns casos como para se defender deles. Os casos de transgressão vindos por parte das mulheres pobres e não brancas tinham muito mais chances de se tornarem casos de polícia. Além disso, a maioria das mulheres populares não tinha acesso a bons advogados e esse é só mais um dos fatores que ressalta a desigualdade.

Há também um outro aspecto, que diz respeito à relação das mulheres com o trabalho e a rua. Enquanto a mulher burguesa estava reduzida ao espaço doméstico, dedicando-se à família, as mulheres pobres há tempos ocupavam o ambiente da rua. Necessitavam, por questões de subsistência, sair de casa para vender sua força de trabalho. A rua que, ao mesmo tempo em que representava um espaço de possibilidades e novidades, onde tudo acontecia, representava também o espaço do perigo e da transgressão e, por isso, os crimes que eram cometidos por mulheres nesse espaço tendiam a ser muito mal vistos, bem mais que os cometidos no ambiente doméstico, e eram alvos de maior repressão policial, além de terem mais probabilidades de condenação. As mulheres que estavam de alguma forma presentes nesse espaço estavam muito mais próximas dos desvios da sociedade – e, conseqüentemente, do universo masculino – e, por isso, não tinham como ser bem vistas.

Apesar de, na década de 1960 – período aqui estudado – as mulheres terem conquistado mais espaços, como o das universidades, por exemplo, e lutarem com voz mais ativa pelos seus direitos, com a emergência e o fortalecimento do movimento feminista, há ainda uma necessidade, por parte de setores conservadores da sociedade, de controle dos corpos femininos, tanto moral, quanto sexual e político. As publicações da época, em revistas e jornais, tinham um misto de conservação de um comportamento ideal para as mulheres e ousadia para começar a quebrar algumas dessas correntes. Assim, apesar de muitos avanços em relação ao início da República, o mundo do crime continuava um espaço não adequado para as mulheres, assim como inúmeros outros.

Não há como negar, no entanto, que as mulheres criminosas são personagens marcantes na vida cotidiana de uma cidade, justamente por contrariarem os padrões impostos a elas e, por isso, são ricos objetos de estudo para nós historiadoras(es), como nos mostra Sandra Pesavento:

Algumas destas personagens ficaram na memória da cidade, sobrevivendo no relato dos mais antigos moradores, tornando-se objeto de investigação recente, como personagens hoje quase lendários. A maior parte delas, porém, foi esquecida e sobre algumas se fabricou o silêncio, abafando suas vidas. Mas, na época em que viveram, povoaram o imaginário da cidade, mobilizando a população, que as amou, detestou, condenou ou chorou por elas. Trata-se, pois, de desenterrá-las dos arquivos e tentar ler, através delas, as representações que foram criadas no passado. (PESAVENTO, 2008, p. 17).

No caso das mulheres do “Agradinho”, nossa intenção é também recuperá-las enquanto importantes personagens da história do bairro Abadia e enquanto mulheres transgressoras da ordem, bem como entender de que forma elas foram representadas pela imprensa daquele período. Estudá-las através desse tipo de fonte pode nos relevar elementos que muitas vezes passam despercebidos pelos documentos oficiais, de dar detalhes dos personagens que despertam o interesse do público e mexem com o imaginário social, que nada mais é do que “o conjunto das produções, ficcionais ou não, que podem produzir uma concepção, uma representação da sociedade, e que será produtora de práticas sociais” (KALIFA, 2012, p. 186). Como em nosso caso, no qual a série de reportagens feitas pelo jornal *Lavoura e Comércio* de Uberaba influenciou para que, em um único domingo, passassem pela cadeia da cidade mais de 600 pessoas a fim de ver de perto as famosas envenenadoras.

Além disso, quando pensamos as mulheres criminosas, vemos também que, ao longo do tempo, tentou-se criar uma ideia de que existiriam “crimes tipicamente femininos” e formas de matar “mais femininas” e menos agressivas, se é que isso é possível. Esses seriam, por exemplo, os crimes contra os filhos – o chamado infanticídio –, e os crimes contra os companheiros, sejam maridos ou não. Esse ideal de que as mulheres só matavam no ambiente doméstico, pessoas bem próximas a elas, num momento de grande desespero e descontrole e após muito sofrimento, servia mais uma vez para tentar manter a ordem, pois não se podia admitir que as mulheres se afastassem muito de sua natureza dócil. Nesses casos, as chances de absolvição eram maiores, visto que se alegava a legítima defesa ou por estar sob uma forte emoção, sem capacidade de distinguir o certo do errado. Porém, isso mudava quando as vítimas eram pessoas fora do ambiente familiar ou quando a mulher tinha comportamentos que se desviavam das regras do jogo social.

Pergunto: existe o “crime feminino” típico ou se trata de uma construção originada do discurso criminológico? Será que a significação dos crimes a elas atribuídos não esconde uma realidade diversificada em torno dos crimes por elas cometidos? E, sendo assim, quem é a mulher que mata e que representações sobre esse crime são construídas por ela e pelo mundo jurídico? Que lugar ocupam essas mulheres na estrutura social, no mundo cultural que é permeado pela violência? (ALMEIDA, 2001, p. 15).

Ademais, temos também o estereótipo criado sobre as formas que as mulheres se utilizavam para matar suas vítimas. Convencionou-se pensar que elas se utilizavam muito mais de métodos silenciosos e que não precisassem de força física para matar. O principal deles seria então, o envenenamento. Para pensarmos como esse mecanismo era visto pelos estudiosos mais próximos da época do nosso caso, temos como exemplo as ideias de Napoleão L. Teixeira<sup>2</sup>:

Crime por excelência da mulher: o envenenamento. Comum nas históricas, carrega, em si o *sélo* da histeria: é o crime estranho, dissimulado, misterioso, o crime praticado na sombra. Para um envenenador, assinala Frederic Boutet, há cem envenenadoras. Diz Paul Bourget que o gesto de deitar a morte num copo é tipicamente feminino: não exige fôrça física; não expõe quem o realiza a possível defesa da vítima, quando a arma branca ou a arma de fogo, manejadas por mãos frágeis, talvez falhassem. Daí a conclusão de autor francês, de que o veneno é a arma das mulheres e dos cobardes. (TEIXEIRA, 1955, p. 135).

O autor discorre também sobre o arsênico, o veneno que foi a arma utilizada pelas mulheres do “Agradinho”.

E, dos venenos, o preferido pelas mulheres envenenadoras é, ainda, o arsênico. Por quê? Pela facilidade de sua aquisição, pelo sabor quase imperceptível, por sua côr facilmente disfarçável e, finalmente, porque o arsênico, ministrado em doses gradativas, paulatinas, pode passar quase despercebido àquele que o ingere. Envenenadoras famosas apareceram na história: Locusta, ao tempo de Nero; Lucrecia Borgia e sua famosa “acqua tofana”; Beatrice de Cenci; Catarina de Médicis; Madame de Montespan; a Marqueza de Brinvilliers; Catarina Voisin; e, recentemente, na França Marie Besnard, mulher que matou dois maridos, seu pai e sua mãe, o sôgro e a sogra, e mais seis parentes e amigos; descoberta, causou surpresa a revelação de ser ela uma criminosa, por ser mulher notável por sua bondade, afabilidade, lhanza de trato, por seu elevado espírito caritativo e por sua grande religiosidade. (TEIXEIRA, 1955, p. 135).

Essa substância tem um histórico bem particular, justamente por ter sido amplamente usada como forma de matar ao decorrer da História, povoando o imaginário daqueles que se interessam pela cultura criminal. Além disso, tem um histórico terapêutico para a medicina, tendo sido utilizada como tratamento de diversas enfermidades, inclusive da sífilis até a década de 1940, antes da introdução da penicilina (GONTIJO; BITTENCOURT, 2005).

---

<sup>2</sup> Professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.



Temos, portanto, o reforço de um discurso médico da época, que acaba se transferindo para a sociedade, de que o envenenamento como forma de matar é um recurso dos que, dentro de sua covardia e fraqueza, escolhem matar de forma silenciosa. Isso foi, durante muito tempo, uma verdade que tinha preponderante influência sobre as instâncias jurídicas.

Conhecendo melhor, pois, as particularidades encontradas quando voltamos o nosso olhar para as mulheres no mundo do crime, podemos assim entender que, quando uma mulher mata, ela antes de qualquer outra coisa está rompendo com toda uma condição que lhe estava imposta anteriormente. Muitas vezes, ela enxerga no crime a única forma de sair da opressão a que está submetida; uma forma de emancipação. Sabe-se que, embora com muitas tentativas de mostrar o contrário, as mulheres que cometem crimes não deixam de ser mulheres, mesmo no sentido socialmente construído. Elas só veem na violação das normas sociais uma forma, ou a única, de escapar de suas amarras. “O crime também pode ser uma forma de manifestação de insatisfação da mulher e questionamento das estruturas machistas ainda existentes” (ALMEIDA, 2001, p. 105).

### **A relação entre História e Imprensa**

A utilização da imprensa como fonte para a historiografia no Brasil também está relacionada com a chegada da Nova História, como nos mostra Tânia de Luca (2008), com a terceira geração dos Annales, na França, que abriu caminho para que os historiadores pudessem se valer de novos objetos e abordagens para a análise e compreensão da sociedade. Anterior a isso, esperava-se que o historiador trabalhasse com fontes indubitáveis, confiáveis, neutras e recuadas de seu tempo. Jornais e revistas, portanto, estariam totalmente descartados visto que tinham sua credibilidade posta à prova em todos esses sentidos. No entanto, já sabemos que esses documentos podem ser muito relevantes para nossos estudos, desde que tenhamos o olhar atento, fazendo as críticas pertinentes e nunca nos esquecendo de que sempre há uma intenção, uma produção de sentido ao escolher o que deve ser noticiado e o que deve ser esquecido. Para o jornalista, é sempre mais importante registrar o momento. Já ao historiador cabe recuperá-lo e interpretá-lo.

Ao pensarmos então, uma história da imprensa brasileira, vemos que ela é repleta de particularidades e foi se construindo e se desenvolvendo concomitantemente à história do próprio Estado Nacional.

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado. (DE LUCA; MARTINS, 2013, p. 18).

Ao longo de nossa trajetória, seja enquanto Colônia, Império ou República, é possível apreender peculiaridades e transformações dentro da imprensa, e é importante ter em mente que, independente do período histórico, a imprensa sempre esteve intimamente ligada com as forças do jogo político e das instituições no Brasil, tanto é que os personagens presentes em qualquer uma dessas esferas eram, na maioria das vezes, os mesmos.

Diante do exposto, conseguindo perceber que a grande mídia sempre esteve na linha de frente de defesa de governos poderosos e autoritários, podemos pensar que nossa análise sobre os “Crimes do Agradinho” se insere nesse contexto de imprensa que saía em defesa do golpe militar. O início das reportagens sobre nosso caso coincide justamente com o mês do golpe militar, abril de 1964. As revistas trabalhadas, de circulação nacional, faziam parte de grandes conglomerados da mídia brasileira, como, por exemplo, os *Diários Associados*, no caso da revista *O Cruzeiro* e, por isso, serviam e davam voz aos poderosos daquela época. O impresso de alcance regional, o jornal *Lavoura e Comércio*, também não escapa dessa realidade, visto que defendia o pensamento conservador dos fazendeiros e comerciantes da cidade de Uberaba. Portanto, não é difícil perceber as tendências e ideologias de cada fonte estudada, e é de extrema importância que se considerem essas questões para que entendamos as formas com que esses meios se referiram às nossas personagens.

### **O crime na imprensa no Brasil: história e historiografia**

Pensando então, nas novas possibilidades e fontes para a compreensão do homem e da sociedade que nos foram ampliadas ao final do século XX, Marc Bloch (2001, p. 79), ao tratar das fontes, nos diz que: “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”. Assim sendo, os periódicos que trazem em suas páginas notícias sobre crimes ganham espaço na medida em que se mostram ferramentas poderosas para a compreensão de como viveram os sujeitos anônimos do nosso passado – que de outra forma não teriam espaço na historiografia –, e não só as grandes figuras.

Assim,

Levando-se em consideração que os jornais criaram um dos caminhos para se pensar questões envolvendo criminalidade e qual seria a ação legítima da justiça, uma análise dos discursos contidos nesses periódicos é de suma importância para os autores preocupados com uma história social do crime para a construção de um quadro mais completo sobre as principais forças que moldaram as atitudes de uma parcela da população a respeito da criminalidade, das ações policiais e da justiça. (CARNEIRO, 2015, p. 64).

Torna-se, portanto, importante objeto de estudo à medida que se mostra uma rica ferramenta de análise social, pois tem ali muitos sujeitos envolvidos: os criminosos, as vítimas, o olhar do jornalista que escreve a notícia e a reação do público que a lê. Os crimes que vão para os noticiários têm suas particularidades, visto que conseguem atingir o grande público, coisa que os documentos legais não conseguem fazer. Enquanto as fontes criminais falam com uma linguagem jurídica e mais objetiva, os jornais e as revistas, por sua vez, através de elementos como a linguagem, a estrutura, os títulos e as manchetes, a utilização de iconografias e toda uma narrativa que pode ser mais romanceada, conseguem chamar a atenção do público e, assim, reforçar os padrões de comportamento e vender o produto. O caso do “Agradinho”, especificamente, se mostrou um interessante tema de vendagem para os veículos impressos que o noticiaram, na medida em que se mostrava ser um assunto que despertava grande curiosidade do público. Para além do processo judicial, esse caso, ao ser noticiado por vários veículos de comunicação Brasil a fora, mexeu de forma significativa com o imaginário popular, visto que não era esperado que viesse das mãos de quatro mulheres.

Com isso, ao noticiar os crimes à sua maneira, a imprensa é capaz de influenciar o público e suas condutas diante do ocorrido, visto que está sempre dialogando com a opinião pública. Podem ser influenciados, inclusive, o processo e a sentença judiciais. Não podemos, no entanto, cair na armadilha de colocar o leitor como um mero receptor da notícia, assintomático e passivo, que recebe a influência pretendida pelo jornal e não reage, apenas reproduz. Obviamente sabemos que os leitores têm suas percepções de mundo e que nenhuma notícia vai ser lida da mesma forma e terá o mesmo impacto em pessoas diferentes. As notícias e as formas como são postas trazem sim intencionalidades, mas não podemos tratar o público como “marionetes” delas. O fato é que, independente da forma com que reverbere, esse tipo de notícia tem sempre o poder de chamar a atenção. O primeiro impacto e a primeira curiosidade estão ali presentes.

Conscientes disso, podemos nos perguntar: o que torna essas notícias sobre crime e violência tão interessantes ao público? Por que as notícias relacionadas a tragédias despertam

tanto a nossa curiosidade? De que forma a imprensa se utiliza desse gosto peculiar para atrair atenção? Dominique Kalifa argumenta:

Parece-me que uma das principais características da cultura de massa seja transformar, progressivamente, o leitor, o espectador, no objeto mesmo do consumo cultural. Trata-se de uma cultura autofágica, que faz do consumo de nós mesmos o coração de sua produção, sendo, por isso, uma cultura democrática no primeiro sentido do termo. Nós nos consumimos. (KALIFA, 2012, p. 187).

São, portanto, “histórias que contam às pessoas ordinárias, aos leitores ordinários, qualquer coisa de suas próprias vidas, de suas próprias histórias” (KALIFA, 2012, p. 187). Percebendo essa dinâmica, os periódicos viram nessas notícias uma oportunidade de aumentar sua fama e seu lucro, o que se mostrou uma grande estratégia da imprensa ao redor do mundo. Eles alcançavam assim, um maior público, que ficava ansioso para acompanhar as páginas policiais, o desenrolar e o desfecho dos casos, e ainda iam além, pois conseguiam reforçar os papéis e as normas sociais, o que é feito até hoje.

Como salienta Fonteles Neto (2009):

Os periódicos, de forma mais acessível ao grande público, passam a canalizar e disseminar as teorias criminológicas, no fim do século XIX e início do XX, e ao mesmo tempo serviam de ressonância para a construção de estereótipos em torno da figura do criminoso nos setores populares, evidenciando estigmas físicos e traços de sua personalidade. A partir daí, criminosos passam a conquistar notoriedade por terem seus crimes registrados nos jornais e revistas. Surgem os primeiros repórteres especializados que não se limitam apenas ao mero registro. Eles introduzem a crônica policial como uma peça caracterizada por certo estilo e competem, às vezes, com as autoridades na apuração dos crimes misteriosos. (FONTELES NETO, 2009, p. 5).

Assim, os crimes ganham seu espaço particular e de destaque na imprensa, fazendo-se cada vez mais presentes as notícias sensacionais sobre tragédias, mortes, assassinatos, suicídios, à medida que a indústria da comunicação passa a se beneficiar desse tipo de abordagem. Valéria Guimarães nos mostra em seu trabalho que a modernização empreendida na República Velha, chega também até a imprensa, porém, o sensacionalismo estampado nos impressos, “dentro da perspectiva dos contemporâneos, estava ligado ao seu oposto em uma chave representada como atraso, excessivamente popular, não civilizado, algo a ser banido” (GUIMARÃES, 2008, p. 2). Apesar de estar totalmente ligado à modernização da imprensa, era sempre alvo de descrédito e vinculado a uma matriz cultural popular.

Dentro dessa discussão, temos o conceito de *faits divers*, ou fatos diversos, advindo da historiografia francesa do crime.

Em seu sentido mais usual, os *fait divers* são a seção dos jornais dedicada aos incidentes do dia (normalmente mortes e crimes de sangue). Seu termo remonta à criação da grande imprensa em fins do século XIX e seu sentido primeiro é o de ordem profissional, significando igualmente notícia de pouca importância. Os jornais que concedem grande espaço a esse gênero são geralmente considerados como imprensa altamente popular. Os *fait divers* são associados ainda ao horror e ao drama, vinculando nas páginas dos jornais também notícias de suicídios, de acidentes, de personagens anormais, de erros jurídicos, de anedotas, dentre outros. É por meio da análise dessas reportagens que surge a maior parte dos estudos sobre a relação entre criminalidade e mídia que se utilizam das contribuições da História Cultural. (CARNEIRO, 2015, p. 67).

Portanto, para os estudiosos da História Cultural, é mais do que necessário passar pelo estudo do *fait divers* quando vão tratar da relação entre crime e imprensa. É fundamental essa discussão que abarca as notícias sensacionais e os *faits divers*, visto que eles trazem o cotidiano, as particularidades e peculiaridades de uma cidade, um bairro ou uma rua, como no caso desse trabalho. A linguagem oral, tão rica e por muito tempo tão desvalorizada dentro da historiografia, é trazida para dentro das redações dos jornais e aproxima o público da notícia. Por isso, quando se diz que esse tipo de notícia é extremamente popular, no sentido de grau de instrução e classe social, deveria estar muito mais ligado à percepção cultural e não a algo pejorativo, visto que se pode apreender dali a história e a cultura de um povo.

### O caso das “envenenadoras de Uberaba”

**Imagem 1** - As quatro mulheres do “agradinho” atrás das grades da cadeia de Uberaba, nas páginas da revista *O Cruzeiro*, edição de 06 de junho de 1964. Na parte superior, da esquerda para a direita: Francisca Coelho do Nascimento e Francisca Silva Ferreira. Na parte inferior, da esquerda para a direita: Maria Helena de Moura e Maria Eduarda Peixoto da Costa.



Fonte: Acervo pessoal.

A personagem que podemos considerar a figura central da nossa trama chamava-se Francisca Coelho do Nascimento, a “Chiquinha”, como era conhecida. Chiquinha era moradora da Rua Campos Sales, tinha 52 anos de idade na ocasião da descoberta dos crimes, viúva, usava óculos de aro de metal e fez sua fama por ser dona de um terreiro onde realizava alguns “trabalhos”, rezas e passes no Alto do Abadia. Os moradores do bairro a procuravam quando tinham algum problema e não achavam solução. “Chiquinha é macumbeira, diz o guarda civil Ernesto dos Santos, acrescentando ‘sua casa vivia cheia de gente, que procurava orientação.’” (SERIAM 3..., 1964). Para muitos, Chiquinha só sabia trabalhar para o mal. O fato é que é com essa personagem que a história se inicia e toma maiores proporções, visto que é dela que surge a ideia de se livrar de alguns “problemas” com doses de pó de rato.

As notícias nos mostram que Chiquinha começou a praticar os crimes em 1957, matando seu marido José Durval, quando passou a perceber que o mesmo era um homem violento, e então tem a ideia do pó de rato para eliminá-lo. Algum tempo depois, arranja um novo companheiro, Natal Natalino do Nascimento, e aplica a fórmula do “agradinho” no segundo marido, visto que o mesmo bebia muito. A partir daí, D. Chiquinha parece “tomar gosto” pela receita e os casos se tornam cada vez mais frequentes. Agora, não somente os companheiros eram presenteados com os “agradinhos”, mas também os desafetos da senhora se tornariam alvos. Em um dos casos, chegou a envenenar até pessoas por engano. Na intenção de matar sua vizinha Geralda Rosa dos Santos, manda um doce de mamão para a casa dela, porém o plano dá errado quando mais seis pessoas presentes no momento comem o doce envenenado. O alvo de D. Chiquinha acaba não morrendo, e sim sua filha Maria Tereza, de 18 anos. Todos os outros sobrevivem. A revista *Realidade* cita em certo momento da reportagem que D. Chiquinha teria dito “– O agradinho eu mandei para Geralda, mãe dela. Ninguém mandou ela gostar de doce de mamão...” (RIBEIRO, 1966, p. 127).

Para começarmos a pensar o imaginário construído em torno dessa personagem, temos que tomar como chave principal de análise o fato de ela estar sempre associada à macumba pelos noticiários. “Macumbeira” é geralmente o primeiro título dado a D. Chiquinha nas reportagens. Título que, historicamente, assumiu uma forte carga preconceituosa em relação às religiões de matrizes africanas – que sempre causaram certo pavor aos setores cristãos e conservadores da sociedade – e, assim, criou-se no imaginário popular uma ideia de que a macumba era uma prática utilizada para fins maléficis, dando a essa palavra uma conotação negativa. Isso fica ainda mais

visível em uma passagem da reportagem da revista *Realidade*, que mostra que Francisca Coelho do Nascimento e Maria Eduarda Peixoto foram submetidas a exames psicológicos antes de irem a julgamento. Sobre D. Chiquinha:

Se Francisca Coelho tivesse, como todos esperavam, as suas faculdades mentais abaladas, não haveria nem julgamento. Tudo se resolveria com o internamento das duas num hospital psiquiátrico, ou no manicômio judiciário. Mas o laudo médico afirmava que Francisca Coelho é pessoa normal, apesar de influenciada por soluções fantásticas de macumba e feitiçaria, e é capaz de distinguir o bem do mal, sendo pois juridicamente capaz. Se deve, tem de pagar. (RIBEIRO, 1966, p. 128).

Segundo Carvalhães, Toneli e Mansano (2018, p. 2), “a dificuldade em atribuir uma dimensão violenta às mulheres faz com que, comumente, o seu envolvimento na criminalidade seja localizado como resultado de coações, psicopatologias, paixões, frivolidade, insensatez e indecência”. Portanto, quando uma mulher comete um crime tenta-se encontrar uma explicação com suporte em outros sentidos lógicos, como a falta de equilíbrio psicológico e emocional, a legítima defesa, a prevalência do lado irracional na mulher, bem como a dimensão “selvagem”, “misteriosa”, “perigosa”, ligada à bruxaria e a certo “poder” oriundo da natureza feminina. O modo de vida levado por mulheres que cometem crimes, seus comportamentos e condutas são muito mais relevantes para a compreensão do que o próprio crime em si, e isso fica nítido nesse trecho e em diversos outros, como: “Chiquinha fazia ‘trabalho’ com charuto, vela e cachaça” (MAIS DOIS..., 1964). Esse tipo de conduta, que não era aceita socialmente, mostrava que Chiquinha realmente se desviava dos padrões de comportamento femininos não somente por ter matado várias pessoas, mas também pelo fato de ser macumbeira e, provavelmente, ter sido levada a cometer tais atrocidades justamente por ser envolvida com esse tipo de “feitiçaria”, o que uma mulher “normal”, de “boa conduta”, não seria capaz de fazer. Característica que a imprensa fazia questão de enfatizar e que, inclusive, em um dos veículos que noticiaram, se estendeu também às outras mulheres: “Macumbeiras envenenaram oito pessoas em Uberaba” (ROCHA, 1964, p. 6).

Além disso, temos o fato de que Chiquinha comete crimes não apenas contra seus companheiros, dentro da atmosfera doméstica, da vida privada e numa situação que poderia passar como legítima defesa. A personagem também utiliza o “agradinho” para matar alguns supostos inimigos e, mais uma vez, ultrapassa o limite do comportamento feminino aceitável. Novamente, ela retrata um tipo de “desprendimento da pura condição feminina” (ALMEIDA, 2001, p. 42) e isso fica muito claro na forma como as notícias se dirigem a ela. A ideia do “crime

tipicamente feminino” (ALMEIDA, 2001, p. 15) é totalmente quebrada nesse caso e, por isso, a personagem é retratada sempre como um monstro, sendo a ela atribuídos adjetivos como “perversa assassina”, “fera”, “cérebro doentio, tacanho, destituído de qualquer capacidade para raciocinar para o bem”, “macabra”, “a Barba-azul de saia”, “feiticeira”.

Chiquinha se mostra então, a idealizadora e primeira executora da mágica receita e confessa, até com certa facilidade, quatro das oito mortes que a princípio foram descobertas. “- Esses foram os meus agradinhos. Os outros são da Mariinha e das outras” (RIBEIRO, 1966, p. 125). A partir daí, vão surgindo no caso suas companheiras e vizinhas, e, juntas, elas irão alterar o ritmo e o andamento do bairro Abadia e da cidade como um todo durante aquele período.

A segunda personagem de nosso caso aparece como o fio que desenrola toda a história, pois é ela a delatora dos crimes, quem vai procurar a polícia para denunciar sua vizinha Francisca Coelho. Maria Eduarda Peixoto da Costa, a “Mariinha”, tinha 46 anos de idade, era casada com Claudionor José da Costa, moradora da mesma rua e, segundo as reportagens, era a mais “falante” de todas as quatro criminosas. Em abril de 1964, ocorre que,

No dia 16, pela madrugada, Maria Eduarda Peixoto da Costa, que acusou Francisca, começou a falar sozinha, em voz alta, em sua própria residência, na rua Campos Sales. Gritava: “Sr. Ernesto, me ajuda, que tenho um peso nas minhas costas, preciso ser ouvida por uma autoridade”. Ernesto, chamado por Maria Eduarda, é o guarda-civil Ernesto Elias do Santos, residente na mesma rua Campos Sales, vizinho de Maria Eduarda. Ouvindo o apelo, Ernesto consultou à esposa: “Você está ouvindo?”, a resposta foi positiva. Ernesto retrucou para sua esposa: - Há cinco anos venho observando os acontecimentos nesta rua, com mortes inexplicáveis. Hoje vou agir, aproveitando o apelo que está sendo feito por D. Maria. (SERIAM 3..., 1964).

A partir desse momento, a história começa a se revelar e a ser noticiada não só em Uberaba, mas em todo país e, possivelmente, até no exterior. A imprensa fazia questão de mostrar a todo tempo como aquela era uma sequência de crimes inéditos na cidade e até na região, e que, além disso, era uma história que estava longe de acabar, o que chamava ainda mais atenção do público e o levava a querer acompanhar o desenrolar do caso.

Diante disso, com uma história tão rica em mãos, os veículos de comunicação passam a construir e difundir imagens dessas quatro mulheres e assim “contribuem para a reprodução da ordem dos gêneros” (CARVALHÃES; TONELI; MANSANO, 2018, p. 2), visto que demonstravam a todo o momento que aquelas mulheres estavam se desviando da “normalidade” do comportamento ideal feminino. Trechos como: “Quarteto detestável”, “Quatro mulheres



perversas, destituídas de qualquer sentimento de humanidade. Irresponsáveis”, “espírito desalmado de quatro mulheres”, “Todas não demonstram o menor arrependimento de coisa alguma. Estão sempre sorridentes e prontas para atender a todos que as procuram”, “terríveis feiticeiras” nos mostram que realmente a imprensa estava empenhada em reforçar a narrativa de que mulheres que matam são de fato desalmadas e estão totalmente fora dos limites da ordem estabelecida.

No caso de Mariinha, a justificativa encontrada para sua transgressão foi colocá-la no plano da loucura. Sabemos que, ao longo da história, tentou-se associar a mulher à loucura, o que foi justificado pelas ciências e pela medicina, principalmente nos séculos XVIII e XIX. No Brasil, o advento da República marcou uma época de muitas transformações e modernizações baseadas nos padrões burgueses, na tentativa de promover o controle social. Isso refletiu em muitos espaços, e não foi diferente com a medicina. “Em meio às mudanças consolidava-se o processo de *medicalização da loucura*, transformando-a em *doença mental*, em objeto exclusivo de um saber e de uma prática especializados, monopolizados pelo alienista” (ENGEL, 2018, p. 270).

Nesse momento, muitos comportamentos femininos serão incluídos nesse diagnóstico e as mulheres serão tidas como mais próximas da loucura e da histeria por conta de sua “natureza”, sua sexualidade e até pelo fato de menstruarem ou engravidarem. Durante muitos anos, muitas mulheres foram internadas em sanatórios sem que houvesse de fato doenças mentais diagnosticadas. Esse estereótipo da mulher louca e histérica era reforçado por grande parte da sociedade, bem como pela imprensa.

Diante disso, Maria Eduarda sempre se mostrou muito falante nas reportagens e tinha fama de ser “louca” por alguns moradores da rua. *Lavoura e Comércio, Realidade* e *O Cruzeiro* deixaram bem claro esse lado “espalhafatoso” de Mariinha, e sua intimidade e paixão por microfones, sendo retratada nas fotos das reportagens sempre com um microfone nas mãos, quando dava suas entrevistas à rádio PRE-5<sup>3</sup>.

Isso nos diz muito acerca da construção da imagem da loucura em torno da mulher. Uma mulher que se mostrasse muito e falasse muito com certeza estava rompendo com a ideia de mulher recatada, discreta e, possivelmente, teria muito mais proximidade com a loucura e a

---

<sup>3</sup> PRE-5, *Rádio Sociedade do Triângulo Mineiro*, era a rádio da cidade que, em parceria com *Lavoura e Comércio*, noticiou os “Crimes do Agradinho”.

histeria. Isso já é exposto logo no começo, ao noticiarem que Maria Eduarda começou a falar sozinha e a gritar para denunciar os crimes, como se fosse mesmo uma mulher descontrolada.

A riqueza de detalhes com que Maria Eduarda contava os crimes era impressionante, fazendo-se pensar que só alguém envolvido poderia saber tanto e, portanto, ela passa a ser a segunda suspeita dos crimes, sendo acusada por D. Chiquinha de ser a autora de quatro das oito mortes ocorridas na rua Campos Sales. Ela nega veementemente e diz que nunca matou “sequer um frango” (POLICIA DE..., 1964). Nesse momento, as duas mulheres começam a distribuir entre si as vítimas e são levadas a acareação, até surgirem as novas personagens.

Existem muitas passagens que indicam a suspeita e a possibilidade de Maria Eduarda ser uma mulher “alienada” e em uma das reportagens do *Lavoura e Comércio*, quando perguntada se havia sido internada dois anos num hospital de alienados, ela mesma responde: “- Nunca. Sô sadia. Sei o que falo. Estou muito bem, apenas ressecada, em consequência do veneno que Chiquinha me deu, mas que graças a Deus não me matou”. (MAIS DOIS..., 1964). Segundo ela, Chiquinha teria atentado também contra a sua vida. A acusada negou.

As vítimas de Maria Eduarda teriam sido seus sogros, a cunhada e o concunhado, pois eram contra seu casamento com Claudionor, que havia saído de casa. As reportagens nos mostram que Mariinha era completamente apaixonada pelo marido, mas desde que ele havia saído de casa, ela não estava mais em seu juízo perfeito e teria matado as pessoas que queriam impedir seu retorno. Aqui temos, mais uma vez, a ligação do crime feminino às paixões e irracionalidade. Assim sendo, o desfecho de Maria Eduarda a condena não à prisão, mas à loucura.

Foi pedido exame de sanidade mental nas duas principais acusadas. Psiquiatras da Faculdade de Medicina examinaram demoradamente Maria Peixoto Costa e Francisca Coelho do Nascimento. Para a primeira, o resultado foi definitivo: não tinha, na época dos fatos, nem tem hoje, condições mentais para avaliar o caráter criminoso de seus atos: é débil mental. (RIBEIRO, 1966, p. 128).

É impossível saber se aquela mulher tinha mesmo problemas mentais. O que pretende se mostrar aqui é justamente o discurso criado pela imprensa acerca dessa personagem, tentando de todas as formas justificar seus crimes relacionando-os a uma natureza insana feminina e fazendo com que os leitores a percebessem dessa forma.

A terceira personagem chamava-se Maria Helena de Moura e era a mais nova das quatro mulheres, tendo entre 23 e 32 anos – essa informação é desconstruída nos periódicos. Maria

Helena era acusada por Maria Eduarda Peixoto de ter matado o amante da primeira, Milton Dias. Ela, por sua vez, nega e diz que era Mariinha quem tinha matado o homem. Maria Helena acusou a vizinha quando entrevistada pela rádio PRE-5 e disse que a mesma havia preparado um almoço e um jantar com pó de rato para seu amante, além de ter colocado a mistura também na mamadeira de seu filho menor – que tinha entre 2 e 5 anos. Porém, a suspeita maior recaía sobre Maria Helena, visto que

Ela havia dito ao comerciante Hildeu Marques Viera, residente na rua Guia Lopes, 1352, que iria eliminar o seu amante Milton Dias com veneno. O fato é que Milton Dias morreu a onze de junho de 1962, poucos dias depois de Maria Helena ter feito aquela revelação ao citado comerciante. Este ao ter notícia do propósito de Maria Helena, revelou por sua vez o fato ao sr. Wilson Dias de Oliveira, irmão do sr. Milton Dias. Somente agora, depois de tudo publicamente divulgado, Wilson comunicou ao guarda Ernesto dos Santos a afirmação de Maria Helena de que iria eliminar seu irmão. (SERIAM 3..., 1964).

Em contrapartida, Maria Helena contestou:

Disse que o comerciante Hildeu mentiu ao acusá-la, pois estava interessado nela. Chegou mesmo a aconselhá-la a dar veneno ao Milton Dias e que se quizesse o veneno ele tinha para vender. Disse que arrumaria o veneno. Disse não saber se ele disse isto brincando. (MAIS DOIS..., 1964).

No caso dessa personagem, fica claro mais uma vez a relevância que é dada pela imprensa acerca do comportamento da mulher que comete crime, mais do que o próprio crime em si, bem como a ligação da mulher com a dimensão da sexualidade, da sedução – o que era visto com maus olhos. O interesse de outro homem por ela e também uma afirmação feita pela própria Maria Helena de que teria dado sim um chá para o amante, mas com glândula de macaco, para recuperar a “potência” (RIBEIRO, 1966, p. 127), nos mostram que sempre há a ligação entre um crime cometido por uma mulher e um desvio de um certo comportamental ideal feminino.

Essa personagem é a menos citada em nossas fontes, visto que atentou contra a vida de uma só pessoa, que era seu amante. Já sabemos que os crimes cometidos dentro do ambiente privado, da família – mesmo que não fosse casada com esse homem – tendem a ser mais relevados aos olhos da sociedade e da Justiça, o que ficará ainda mais visível na última personagem de nosso caso.

Francisca Silva Ferreira aparece alguns dias depois e logo é presa juntamente com as outras mulheres, na cadeia da Rua Afonso Rato, em Uberaba. Havia dúvida quanto a uma das

vítimas mortas pelo “agradinho”, o lavrador Antonio Dias Ferreira (Doca). A polícia resolveu investigar e chegou até sua esposa, que confessou o crime sem muita resistência.

- Chama-se Francisca Silva Ferreira, conta com 45 anos de idade, é viúva de Antonio Dias Ferreira (Doca). Conheceu d. Chiquinha (Francisca Coelho do Nascimento) há cinco anos, como vizinha. Passando na rua, clamou para d. Chiquinha sua vida. Disse ser católica. Procurou D. Chiquinha para uma “orientação”, para melhorar a sua vida, pois sofria muito com o seu marido, que a espancava e chegou mesmo a ameaçá-la de morte. De uma feita armou-se de uma faca e avançou sobre ela, só não a matando, em face da intervenção de um dos filhos do casal, o mais velho, que conta 26 anos de idade, Altamiro Dias Ferreira. Era casada com Doca há 29 anos. Depois desta cena, Doca ainda continuou a viver com Francisca Silva. Não foi feita nenhuma queixa à Polícia. Doca fez varias outras ameaças à vida de sua esposa, segundo declarações desta. Disse mais que não sabia que Chiquinha havia matado tanta gente. Consultada, d. Chiquinha disse à Francisca Silva que devia eliminar seu marido. Era a unica solução. Chiquinha forneceu o pó de rato à Francisca. Esta com apenas uma dose conseguiu matar Doca, que durou apenas cinco dias após ingerir um almoço preparado por sua esposa. Disse mais que, enquanto o veneno, pó de rato, fazia efeito, ela Francisca Silva Ferreira procurou o farmacêutico Durval pedindo remedio para vomitos. Não foi chamado nenhum medico. Diz ela que o Samdu compareceu à sua casa e medicou seu marido, mas o veneno era forte e ele morreu. Seus filhos nada sabiam até o momento em que ela estava conversando com a reportagem, ontem à noite. (DOCA FOI..., 1964).

Nesse caso em particular, temos uma personagem que se utiliza do “agradinho” para matar o marido, seu companheiro há 29 anos, com quem tinha filhos, o que, apesar de ser uma atitude condenável, ainda se encaixava nas estruturas e papéis sociais impostos.

Um homem deve trabalhar para o sustento da sua família e uma mulher deve manter-se fiel a esse homem, e se isso não ocorre, sempre é melhor não investigar porquê. A resposta poderia pôr em risco, fazer entrar em crise, as bases sobre as quais se assentam não só os códigos legais como as normas mais amplas de relacionamento social. É mais prudente supor que ambos aceitam, em todos os casos, os limites de sua definição conjugal e social e estabelecer uma discussão a partir daí (CORRÊA, 1983, p. 310).

Portanto, uma mulher que mata dentro do ambiente doméstico, um homem com quem vive há muitos anos, num momento de esgotamento, não é tão perigosa e ameaçadora à ordem quanto uma mulher que se mostra capaz de planejar e matar seus inimigos, por exemplo. No caso de Francisca Ferreira, ela mata pois “já estava frouxa de sofrer. O caso era matar ou morrer” (DOCA FOI..., 1964). E D. Chiquinha ajuda: “- Num homem dêses a gente tem que dar jeito, comadre. Eu tenho prática.” (RIBEIRO, 1966, p. 125). O jeito foi o “agradinho”, bem dosado, no almoço e no jantar.

Francisca Ferreira se encaixa então, no perfil da mulher que mata o companheiro num momento de desespero, o que abre a possibilidade de criar uma imagem da mulher que se torna mais uma vítima do que uma criminosa. Esse argumento era uma estratégia de defesa comum utilizada por advogados que defendiam mulheres que matavam seus maridos, como nos mostra Mariza Corrêa (1983) em seu trabalho. Mulheres que matam seus companheiros, mas durante toda a vida se mostraram boas donas de casa, boas mães e esposas, tinham muito mais chances de não serem condenadas – tanto pela Justiça quanto socialmente – por um ato desesperado, que muitas vezes acontecia para defender sua casa, seus filhos e a si mesma. Esse era o caso de Francisca. “Essa mulher cometeu seu crime na linha que divide a mulher doméstica, calma, dedicada à família, e a mulher criminosa que age para dar fim a uma contenda e não espera que outros resolvam seu problema” (ALMEIDA, 2001, p. 45). O fato de não esperar que resolvam para ela, ou parar de suportar uma situação de violência sem reagir, é por si só um ato de contestação das estruturas impostas.

Todas essas questões são nitidamente refletidas nas reportagens sobre o caso, na imagem criada pela imprensa sobre essa mulher, um tanto quanto diferente das outras.

Francisca Silva Ferreira é a mais calma e normal das quatro mulheres envolvidas nos crimes da rua Campos Sales. Pensa para falar. Fala pouco. É justamente o contrário de Maria Eduarda, que fala pelos cotovelos... É mais reservada. (DOCA FOI..., 1964).

Quando a reportagem do *Lavoura e Comércio* se dirige à Francisca como “a mais calma e normal”, e em outras passagens como “arrependida”, “pensa para falar”, “fala pouco” e mostra que ela era uma mãe que estava preocupada com os filhos, são reforçadas mais uma vez as expectativas em relação aos padrões de comportamento. Aqui, não há adjetivos como “fera”, “perversa”, “macumbeira” ou “louca”. Ela não foge totalmente do papel esperado, da vida privada e do bom comportamento da mulher. Ela apenas não podia mais sofrer. E é exatamente isso que a imprensa da época vai fazer questão de mostrar à sociedade que estava interessada no caso.

**Imagem 2** - Primeira página do jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba, edição de 10 de junho de 1968, a qual noticiava o fim do processo contra as mulheres do “Agradinho”, contendo fotografias das quatro.

11777 055332

# Espetaculo de grandiosidade indescritivel a recepção carinhosa que Uberaba prestou ontem a Saulo Gomes



ANO LXIX - Número 1188  
Uberaba - Segunda-feira, 31 de Junho de 1968

## LAVOURA e COMERCIO

QUINTILIANO JARDIM (1911 — 1966)

### Operado do pâncreas vai muito bem

O homem operado na vila dos hospitais de Uberaba, após a cirurgia realizada ontem, está muito bem. O Dr. Antônio de Paula, chefe do Serviço de Cirurgia, informou que o paciente não apresenta nenhuma complicação e que a recuperação está sendo muito satisfatória. O homem, de 45 anos, foi operado há dois dias e já está se movimentando na cama. O Dr. Antônio de Paula afirmou que o paciente não apresenta nenhuma complicação e que a recuperação está sendo muito satisfatória. O homem, de 45 anos, foi operado há dois dias e já está se movimentando na cama.

## Chegou ao fim o volumoso processo do caso dos "agradinhos"

Ainda há quem diga que o processo não acabou, mas a decisão do juiz é definitiva. O juiz julgou o caso em favor das réas, considerando que não houve provas concretas para sustentar as acusações. O processo durou mais de dez anos e envolveu dezenas de testemunhas. A decisão foi recebida com alívio por todas as partes envolvidas.

## Não houve conspiração

Ainda há quem diga que houve uma conspiração para a condenação das réas, mas o juiz não encontrou provas para sustentar essa alegação. O juiz afirmou que o processo foi conduzido de forma justa e imparcial, e que a condenação das réas foi baseada apenas nas provas apresentadas. A decisão foi recebida com surpresa por quem alegava a existência de uma conspiração.

## Gravemente ferido chofer de Bob Kennedy

O chofer de Bob Kennedy, que estava dirigindo o carro presidencial, foi gravemente ferido em um acidente ocorrido em Uberaba. O acidente aconteceu quando o carro perdeu o controle e colidiu com um muro. O chofer sofreu ferimentos graves e está sendo tratado em um hospital. O presidente Kennedy não foi afetado pelo acidente e continuou sua viagem.

Visitem e exponham seus animais na VI Exposição Agro-Pecuária de Paranaíba - MT  
De 4 a 8 de julho

Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

Ao final, quatro anos depois de ter sido iniciado o processo contra as mulheres, “o mais rumoroso caso policial dos últimos vinte anos, que apaixonou a opinião publica uberabense, acaba de chegar ao seu fim” (CHEGOU AO..., 1968). Nossas fontes nos mostram que durante o processo, foram interrogadas, além das réas, dezenas de testemunhas. Contudo, elas não foram condenadas judicialmente por “falta de provas concretas, quanto à materialidade dos crimes e quanto à sua autoria” (CHEGOU AO..., 1968), sendo consideradas impronunciadas. O caso, no entanto, continuou povoando o imaginário da população uberabense e, mesmo sabe até do Brasil, ainda por bastante tempo.

### Considerações Finais

Pensar, portanto, a atuação de mulheres dentro do mundo do crime, se mostra um trabalho instigante e desafiador. Diante do que foi exposto, vimos que, dentro de uma sociedade

conservadora como a nossa, as mulheres que ousam ultrapassar determinados limites que estão impostos serão, de uma forma ou de outra, condenadas. Mesmo que não judicialmente, essa condenação virá, sem dúvidas, recheada de moralismo pelo olhar e voz dos que irão levar a notícia adiante. Como vimos nesse trabalho, mesmo as quatro mulheres do “agradinho” tendo sido absolvidas pela Justiça, foram julgadas e condenadas pela sociedade a partir das imagens criadas sobre elas pela imprensa da época. “Macumbeira”, “feiticeira”, “perversa”, “louca”, “débil mental”, “falante”, “sedutora” e tantos outros adjetivos atribuídos, acabaram por reforçar a conservação dos papéis sociais que deveriam ser obedecidos por homens e mulheres, mas que por elas foram quebrados.

Vimos também, a importância de se olhar com cuidado para os arquivos judiciais e jornalísticos que, apesar de terem sido desprezados durante muito tempo pelos historiadores, se mostram importantes fontes historiográficas na medida em que colocamos nosso olhar crítico sobre eles e os “fazemos falar”. Eles podem ser ricas fontes para o conhecimento da vida e do cotidiano de pessoas comuns e marginalizadas.

Percebemos que, num país de passado escravocrata – que ainda está longe de ser superado – como o Brasil, até hoje condenamos, judicialmente ou não, muito mais mulheres pretas e pobres que cometem crimes do que mulheres brancas. Criou-se um padrão para se acreditar que essas mulheres, pela cor da pele e classe social, estariam automaticamente ligadas à criminalidade, o que ainda tem grande influência sobre as instâncias jurídicas, policiais e midiáticas.

Assim, tentamos dar visibilidade a uma História das Mulheres e das Relações de Gênero, com enfoque para as mulheres que cometem crimes e como elas podem ser estudadas. Pensamos o papel da História e da Imprensa quando se trata de crimes, pois, é fato que esses jornais e revistas ganham, de muitas formas, ao noticiar os fatos sensacionais do cotidiano e, além disso, criam um imaginário social na população que, por sua vez, produzirá práticas sociais. Dessa forma, trabalhos como esse podem acrescentar aos debates desses campos, além de resgatar e visibilizar histórias de mulheres comuns e contribuir para uma História Social da cidade de Uberaba.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

BELÉM, José. As envenenadoras de Uberaba. **Revista O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, órgão dos Diários Associados, 6 jun. 1964.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CADÁVERES EXUMADOS revelam o “Clube da Morte” – Mulheres acusadas de 8 envenenamentos em Minas. **Jornal Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 7, 8 jul. 1964. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARNEIRO, Deivy F. História, mídia e criminalidade: apontamentos historiográficos e metodológicos. In: \_\_\_\_\_CARNEIRO, Deivy F.; BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais**. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2015. v. 1. 332p.

CARVALHÃES, Flávia Fernandes de; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Mulheres no crime: análise sobre enunciados difundidos pela mídia brasileira. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, 2018.

CHEGOU AO fim o volumoso processo do caso dos “agradinhos”. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 10 jun. 1968.

CÔRREA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DE LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da Imprensa no Brasil** (organizadoras). 2. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: \_\_\_\_\_ PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes Históricas**. 2 ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

DENUNCIADAS AS envenenadoras da rua Campos Sales. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 18 set. 1964.

DOCA FOI morto pela sua própria esposa. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 28 abr. 1964.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: \_\_\_\_\_ DEL PRIORI, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime**. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza - CE. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

GUIMARÃES, Valéria. **O Mundo dos Mistérios: história da imprensa e história cultural - o sensacionalismo como objeto de uma abordagem multidisciplinar**. In: VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008, Niterói.

GONTIJO, Bernardo; BITTENCOURT, Flávia. Arsênio: uma revisão histórica. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, v. 80, n. 1, p. 91-95, 2005.

KALIFA, Dominique. História, crime e cultura de massa. [Entrevista cedida a] Marcos Luiz Bretas, Diego Galeano. **Topoi**. Revista de História. Volume 13, Número 25. Julho – Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n25/1518-3319-topoi-13-25-00185.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.



- MAIS DOIS crimes na rua Campos Sales. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 25 abr. 1964.
- NOVAMENTE EM foco as envenenadoras da rua Campos Sales. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 26 ago. 1966.
- POLICIA DE UBERABA descobre oito crimes de morte praticados por uma única mulher!. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 22 abr. 1964.
- PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto 2010.
- RIBEIRO, José Hamilton. De agrado também se morre. **Revista Realidade**, São Paulo, Editora Abril, 5 ed., p. 122-128, agosto, 1966. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/realidade/213659>>. Acesso em: 20 jun. 2020
- ROCHA, Alcides. Macumbeiras envenenaram oito pessoas em Uberaba: polícia prende suspeitos. **Jornal Diário do Paraná**, órgão dos Diários Associados, Curitiba, segundo caderno, p. 6, 9 mai. 1964. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 20 jun. 2020
- SERIAM 3 as criminosas da rua Campos Sales. **Jornal Lavoura e Comércio**, Uberaba, 23 abr. 1964.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: \_\_\_\_\_ DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- TEIXEIRA, Napoleão L.. A MULHER E O CRIME. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, dez. 1955.